

O SENTIDO DO CONHECIMENTO NO TEMPO PRESENTE, AS POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA-LITERATURA E A QUESTÃO DA PROVA¹

Astor Antônio Diehl²

Como *Leitmotiv*, podemos começar referindo-nos à pergunta formulada por George Steiner: Qual seria a alegoria que melhor representasse nosso tempo presente? Este sugestivo questionamento pode ser lido na obra *Grammatik der Schöpfung*. Steiner é um crítico da cultura e leciona em Oxford. Nele também podemos encontrar uma resposta bastante irônica para a sua pergunta. Escreve ele: a alegoria de nosso tempo seria um caixão que está sendo baixado na cova. Enquanto isso, vindo do caixão, houve-se o celular do morto despertar. Apesar de ser prosaica a resposta do autor, certamente esta poderia ser a representação alegórica do tempo comprimido e dinâmico, referindo-se ao fato de que nós poderíamos ser localizados mesmo após a morte. Entretanto, com o perdão da minha insistência, talvez não consigamos mais responder ao chamado.

A experiência diária com a velocidade, juntamente com isso a banalização do cotidiano parecem ser a marca do investimento mágico e da (des) referenciação que, por sua vez, insiste em formar uma espécie de diagrama da anmésia, porém como espetáculo. Ou como alguém já disse: a história está completando cinco anos e quem ler o jornal de ontem já poderia ser um historiador. A experiência da pressa traz consigo o fato que a linguagem não consegue mais apreender e representar a própria experiência humana. Este aspecto poder-se-ia chamar de 'desconfiança em relação à linguagem' ou 'perda da verbalidade das coisas' num mundo saturado pelo espetáculo.

Contudo, a perda dessa verbalidade das coisas pode-nos sugerir também a re-mitificação do mundo através da ideologia da riqueza e da indiferença, de reafirmarmos cada vez mais o imaginário ou ainda refletir sobre a possibilidade de irmos para além condição humana.

Esta premissa nos indica um caminho com uma bifurcação: um lado indica para o fato que tudo isso seria um obstáculo no sentido que não temos mais nada a fazer, e do outro orienta para a idéia de ainda podermos, neste momento, repensar a nossa condição de indivíduos e sujeitos que experimentam a e na vida³. Aquilo que seria um obstáculo para a se configurar uma possibilidade. Nesse sentido, a racionalização instrumental-técnica do mundo contemporâneo torna-se refém da mitificação de heróis salvadores em substituição ao mundo sem linguagem combatível com a experiência humana. Para o historiador o passado é um imenso teatro de operações, no qual estamos construindo e destruindo tais mitos. Essencialmente, a crise contemporânea situa-se numa geografia

muito peculiar, entre as revoluções das expectativas crescentes otimistas projetadas no futuro além do nosso tempo e as revoluções das expectativas frustradas do presente. Ou seja, a visão mecanicista de progresso constante e a idéia de redenção da humanidade no futuro, cedem lugar à perspectiva da redenção *do* e *no* passado⁴. Esta premissa pode sugerir a possibilidade de compreensão de romantizarmos e idealizarmos certas situações do passado.

Essa perspectiva é problemática, sobretudo, para os historiadores, pois apenas podemos compreender o futuro no passado. O lado prático dessa experiência de crise da idéia unívoca de progresso atinge as sociedades em vias de modernização europeizada e é transferido pelas relações de dependência estrutural (que, aliás, deixou de ser um tema relevante no pano de fundo das discussões), que podem ser exemplificadas nas estruturas de produção, nas relações de poder e de pensar, enfim, nas profundas contradições do projeto de modernização universal-iluminista.

Cada um de nós que possui sensibilidade suficiente para perceber contradições estruturais entre o seu mundo da experiência e a da geração passada, leva em consideração os resultados práticos desse desenvolvimento como fatos observáveis: na destruição ecológica durante a exploração da natureza via industrialização; no desmedido e crescente potencial dominador do poder de blocos nos Estados modernos; na profunda ruptura de possibilidades entre o mundo industrializado com as regiões do assim chamado terceiro mundo e, finalmente; na *desertificação* dos impulsos inovadores dentro do racionalismo institucionalizado pela ciência⁵.

Portanto, se a crítica pudesse inverter o crescimento econômico a partir da forma como vem sendo operacionalizado (em um sistema econômico-estatístico do passado), então a atual exploração da natureza poderia ser compensada com o quadro equilibrado (entre homem e natureza) dos tempos pré-modernos e de culturas 'exóticas'. A *saudade* e, de certa forma, a *ansiedade* pelas alternativas do mundo atual encontram muito rapidamente seu revestimento histórico nos custos da experiência histórica, numa espécie de romantismo em que são idealizados determinados aspectos compensadores do futuro comprometido para não falar em paraíso perdido. Pensamentos semelhantes convergem para a superação da modernização, os quais encontramos na própria historiografia atual quando a questão central se volta para a cultura popular nos tempos modernos na Europa.

Da unidade, da estabilidade, da permanência passa-se à ênfase inversa (do diálogo entre tradições), à diferença irreduzível, à inconstância da história em sua tragédia

da ação autônoma. Em outras palavras, podemos afirmar que emerge o potencial da imaginação produtiva e da razão prática, o que corresponde à limitação do poder de antecipação, de controle e ao reconhecimento de debilidade relativa, bem como da precariedade de toda ordem instituída.

Se, é difícil descrever os signos da cultura pós-moderna⁶, que emergem de dentro da realidade contemporânea - estes signos podem ser minoritários, pois toda nova etapa histórica nasce de uma contracorrente cultural, isto é, de uma minoria -, mais difícil ainda é mapear a reflexão conceitual dessa trajetória. E aqui, fala-se de reflexos, pois o pós-modernismo não é só por definição fragmentado e centrífugo, como diz *Baudelaire*.

Desde o ângulo estético que *a modernidade é o transitório, o contingente e fugidio, a metade da arte, cuja outra metade é imutável e eterna*. E, o autor complementa dizendo que o observador, o filósofo, o pintor das coisas externas e não só das coisas externas, como das coisas duráveis, e o *pintor do momento que passa e de todas as sugestões de eternidade que este continha*⁷.

Apesar de todos os argumentos apresentados, a partir de diferentes autores, em tese afirmamos que a discussão ainda continua sendo feita sobre noções polarizadoras da razão. Parece-nos que a agenda, especialmente, das ciências humanas ainda não conseguiu viabilizar instrumentos e redes metodológicas que pudessem dar conta da complexidade da questão principalmente quando atuamos no sentido de nossa proposta inicial, a de reconstituirmos as idéias de futuro no passado e essa orientada para uma cultura da mudança⁸. O passado torna-se uma espécie de sombra do ladrão de cada um de nós e ele nos faz perceber o perigo de onde o ladrão atacaria. Talvez um dos aspectos mais importantes refere-se ao fato de acharmos uma forma de falar sobre esta saturação cultural e transformar esse assunto em nossa matéria do tema de casa. No meu entender esta questão implica em redefinir a possibilidade e os critérios do diálogo entre história e literatura e, conseqüentemente, o estatuto da prova para a história.

O uso da metáfora da surdez não provém de algo patológico, mas sim da poluição sonora existente na discussão. Penso que a proposição de um diálogo mais produtivo entre história e literatura poderia ser encaminhada no sentido dos canais de comunicação e das regras do jogo, se aferirmos nossos instrumentos e técnicas nesse mesmo diálogo. E aqui invariavelmente estamos colocados de frente com questões de ordem metodológica na construção destas matrizes. Dentre as várias opções metodológicas, poder-se-ia apresentar uma possível compreensão desta pergunta a partir de seis vertentes metodológicas para darmos conta das muitas e complexas

configurações não só de cada uma das disciplinas em jogo, mas das interfaces entre a história, a literatura e a imaginação. Portanto, precisamos percorrer outro caminho daquele que se apresenta apenas a partir da cientificidade positiva, pois quando objetivamos trabalhar com a literatura e imaginário temos que ter presente que estes dois campos expressam os processos de infinitização e não o da racionalização científica.

Para fins do debate aqui, pretendo enumerar algumas das possibilidades. Estes caminhos, ao meu ver, podem ser configurados pela contextualidade a partir da proposição de Moser; pela *hermenêutica* oriunda do debate de Gadamer e Ricoeur; pela *narrativa e a memória* em Walter Benjamin, *meta-imaginação* conforme Hayden White, *pela representação e a linguagem* do local em Homi K. Bhabha e, finalmente, pela *estética* de Adorno ou ainda na combinação de elemento de diferentes vertentes.

Há certas dificuldades peculiares a este tipo de empreendimento, algumas de origens metodológicas, especialmente quando pretendemos explicar as estruturas de pensamento no passado. Geralmente, tais concepções metodológicas acabavam por demonstrar que existe uma aplicação tanto geral como particular e que elas seriam capazes de proporcionar generalizações. No caso de trabalharmos com as subjetividades e os sentidos da história, essa postura metodológica pode facilmente apresentar-se com características reducionistas e os resultados serem a própria legitimação de concepções firmadas a priori.

Pensamos, então, que os caminhos mais promissores sejam aqueles que envolvem não apenas a descrição dos fatos em si, mas aqueles que objetivem a compreensão destes, especialmente através da hermenêutica e da fenomenologia. Para tanto, não é necessário começar fazendo *tabula rasa* no sentido de desafiar escolas históricas, as quais foram e são as sementes das teorias da história e elas continuam estando em toda parte. Entretanto, como elas também fazem o pano de fundo intelectual muito amplo, as suas contribuições estão enterradas numa verdadeira erudição dificilmente domináveis.

Os primeiros passos, para qualquer nova postura, compreendem, sem dúvida, a necessidade de estabelecer relações dialógicas para substanciar o tratamento do assunto em questão. Portanto, a idéia pode parecer inicialmente paradoxal, revelando-se nela as contradições de posturas teóricas. No entanto, a relação entre história e sentido é evidentemente algo que deve superar as polarizações. Pois, ela envolve não apenas a simples catarse, mas as possibilidades de identificações com tradições culturais, com memórias, com qualidades sensoriais, com sentimentos objetivos e não objetivados, com

experiências individuais e coletivas que dificilmente podem ser explicadas apenas pelas contradições, apesar delas serem o fluxo vital dos sentidos na história. Esta relação dá-se sob forma de trocas simbólicas, para usar uma expressão central na obra de Pierre Bourdieu. Contudo, quanto mais a gente reflete sobre a significação destes aspectos, tanto mais se configura a hipótese de que a unidade fundamental da história, freqüentemente afirmada, reside na singularidade do significado e na significação dos fragmentos situado numa espécie de pré-história da racionalização. É exatamente este o mundo clandestino dos sentidos ou como sugere Pollak quando se refere aos *ditos* e aos *não-ditos*.

Seria inútil indicar para alguém, mesmo que haja uma solicitação, uma obra de história e que esta seja uma expressão das coisas do passado sem que haja um peculiar encontro do leitor com as experiências deste passado. Pode haver, isto sim, uma expressão de sentido em relação à estrutura textual, sobre a apresentação metodológica, sobre a estrutura narrativa, sobre os conceitos, enfim sobre a configuração formal.

A significação de uma obra de história, como expressão de sentido, é algo bem diferente, pois ela envolve imagens de temporalidades, numa espécie de *durée réelle* – noção de Bergson -, em concepções associadas ao mágico, de encantamento, de espetáculo e de sentimentos difíceis de expressão através da mera racionalidade científica. Isto ocorre uma vez que se estabelece uma referência – *insight* – de comunicação entre a obra e o leitor, percebido aqui como o público. Nessa perspectiva, forma-se um horizonte de natureza mágico de antecipação radical de sentimentos e de estruturas simbólicas, abalizadas nas experiências como sendo as chaves de compreensão criativa, pois são estas diferenças que nos fazem ser da espécie humana.

Até este momento consideramos a história quase que inteiramente a partir do que se poderia chamar de ‘ponto de vista acadêmico’, refletindo-a como produção de conhecimentos de um autor, isto é, como algo que toma forma à medida que são articuladas as representações narrativas do passado a partir da ‘invenção controlada’ de sistemas de referências. O que o historiador produz é uma expressão textual organizada a partir de pontos de vistas de interesses pelo conhecimento, de perspectivas de orientação teórica, de estratégias metodológicas e de estruturas narrativas.

Tudo isso visa de certa forma racionalizar o passado para que se chegue o mais próximo possível de uma ‘objetividade’ ou mesmo componentes de validade e, portanto, que esse conhecimento contenha funções sócio-culturais que extrapolem a subjetividade de quem as produz. Talvez poderíamos afirmar que, do ponto de vista do autor, o

processo de produção do conhecimento se bastaria até este momento. Em um outro sentido, contudo, o historiador produz tais representações sobre o passado tentando fazê-las para atingir outras pessoas – o público. Uma outra faceta da questão é aquela que pressupõe o historiador e um público leitor ao menos, de forma hipotética, com alguma intenção social. Mesmo que um historiador produza uma obra pouco familiar, difícil ou original, ainda assim ele alimenta a esperança de provocar a crise e estabelecer um encontro de compreensão e ele trabalha com a convicção de que ela – a obra - possa ser compreendida suficientemente para que seja aferido o sentido posterior.

O historiador trabalha quase sempre com um leitor ideal e a sua obra torna-se parte de seu ofício. E é exatamente o leitor ideal que dá a medida da ‘objetividade’ de sua obra. O leitor percebe a obra não do ponto de vista meramente acadêmico, mas de quem busca soluções para os seus interesses. O sentido atribuído pelo autor, sem o qual não poderia trabalhar, não necessariamente corresponde àquele extraído pelo público.

Então, para uns poderá haver um caráter chocante da apresentação, já para outros este mesmo caráter pode vir a ser de suspeita emotiva ou mesmo lúdica. Estas diferenças de emissão e recepção do conhecimento são mensagens, às vezes enganosas, que facilmente escapam das racionalizações competentes e elas são problemas inerentes para os dois lados da mesma moeda. Portanto e para além do conhecimento propriamente dito, o sentido está também relacionado com as linguagens e símbolos discursivos. Então é através da linguagem que uma mensagem pode ou não ser decodificada numa espécie de sentimento de cumplicidade simbólica ou de radical rejeição. Estabelece-se uma relação de fascínio e temor.

O resultado da necessária simbolização é oferecer ao leitor uma maneira de conceber os sentidos e este processo inicial é elementar para se poder fazer algum tipo de juízo, de sentimento não com o historiador, mas com a representação do passado – com o texto ou para usar uma expressão de Foucault – com as relações entre as palavras e as coisas. O entendimento destas relações por parte do leitor exige dele, além do interesse e da imaginação produtiva, um certo refinamento – um querer apreender história – uma certa habilidade mínima para poder compreender a estrutura simbólica das representações. Poderíamos falar de sintonias criadoras.

O passado como tal é um patrimônio público, por que o passado representado em história quer trazer à tona as experiências de temporalidades vividas em todas as suas possíveis dimensões. Entretanto, este mesmo bem público não raras vezes é privatizado sob forma de monumentos dos mais diversos, de simbolizações heróicas, de batalhas ou

mesmo nomes por grupos ou elites que a partir deste processo constroem e legitimam as relações de poder na sociedade. Novamente, poder-se-ia evocar aqui as noções da *representação*, do *fascínio* e do *temor* como uma forma exemplar desse processo de apropriação e de validação do conhecimento histórico.

O que nos interessa perguntar, especialmente nesse momento é como essa noção iluminista do tempo orienta a narrativa? Certo é que a certeza de que se trata de uma linha que se desloca compulsoriamente em uma única direção, levou alguns autores, aqueles que se posicionam de forma crítica à concepção moderna de história⁹, a identificarem esta linha como uma cronologia, o que faria com que os episódios conhecessem apenas uma sucessão e uma causalidade bem simples, um depois do outro o que vem atrás ocasionando o que vem à frente e assim por diante.¹⁰ Mas, a narrativa comporta outra dimensão além da episódica. É aquela que Paul Ricoeur denomina de *configuracional*, dimensão que aponta diretamente para a categoria central da narrativa, a idéia de enredo.¹¹

O que é nesse ponto importante, é que tanto na narrativa somente no tempo linear que a envolve é o fato que ambos não somente oferecem uma linha para acolher e obrigar os mais distintos eventos, como também os articulam em si, conduzindo *deduzir um padrão de uma sucessão*, construindo a associando *totalidades significativas* a partir de episódios dispersos e isolados, fazendo com que, “para ser histórico, um evento deve ser mais do que uma ocorrência singular: ele recebe a sua definição em função de sua contribuição para o desenvolvimento de um enredo”.¹²

Para este propósito resumido, organizamos algumas considerações. A primeira consideração está relacionada ao debate da constituição de uma topologia do pensamento moderno a partir de seus vetores de sustentação e como tais características repercutem na estruturação do pensamento histórico, evidenciando a cultura historiográfica. Procuramos apresentar pontos de maior ênfase: o território dos debates teórico-metodológicos, a paisagem dos debates epistemológicos e metodológicos e, finalmente, os limites e possibilidades do conhecimento histórico como forma de controle sobre a pluralidade de sentidos no horizonte das expectativas.

A segunda consideração está vinculada ao debate sobre alguns fatores, os quais podemos expressar através de cinco vetores: a multiplicidade dos tempos concorrentes, as peculiaridades dos processos sociais e culturais, a constituição de verdades concorrentes a partir dos métodos hermenêuticos, ou como alguns preferem dizer

condição hermenêutica, e fenomenológicos, a possibilidade do exercício da consciência fáctica sobre as experiências e, finalmente, a possibilidade de identificações.

A terceira consideração emerge da tentativa de debate sobre a compreensão do sentido da história, a qual dividimos em dois níveis diferenciados. O primeiro nível pode ser expresso pela pergunta: então, *onde podemos buscar o sentido das representações a partir do diálogo entre a história e literatura?* Fazendo-se uma vinculação com as tendências da historiografia contemporânea, podemos constituí-la a partir de configurações que estão registradas nos sistemas de referências, tais como: a memória, a utopia, a emancipação e a experiência. Este me parece ser o nó da questão da prova em que o imaginário na literatura possa ser também parte do processo de compreensão da dimensão histórica das experiências humano-sociais, no qual se destacam as idéias de futuro que se tinha no passado.

Parece-nos que está aí a importância dos nossos demônios tutelares que nos acompanha culturalmente, bem como a suspeita sobre o fato de procurarmos constantemente o sentido e o significado do conhecimento histórico nas mais diferentes temporalidades. Então, também, aquilo que por vários séculos de ciência formal foi denominado de irracional através de verdades absolutas sobre a realidade pode agora contribuir para uma cultura da mudança do pensamento histórico.

Notas

¹ Texto base da comunicação no Simpósio temático: Historiografia e Escrita de História: confrontos historiográficos contemporâneos. Londrina, ANPUH 2005.

² Professor do Curso de História da Universidade de Passo Fundo (RS). E-mail: cph@upf.br

³ Parece ser este um dos propósitos do recém lançado livro de PINKER, Steven. *Tábula rasa*. A negação contemporânea da condição humana. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁴ Discutimos longamente a questão do progresso e seus desdobramentos em DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2002.

⁵ Conforme BODEI, Remo. *A filosofia do século XX*. Bauru: Edusc, 2000.

⁶ Estes signos estão descritos por CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna*. Introdução às teorias do contemporâneo. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

⁷ Esta discussão está colocada em DIEHL, Astor Antônio. *Vinho velho em pipa nova: o pós-moderno e o fim da história*. Passo Fundo: editora da UPF, 1997.

⁸ Esta discussão está em DOSSE, François. *O império dos sentidos: a humanização das ciências humanas*. Bauru: Edusc, 2003.

⁹ Para essa questão, ver WHITE, H. Meta-história. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: ed. da USP, 1992. Discutimos este aspecto longamente em *Teoria da história e cultura da mudança*. Bauru: Edusc, 2005.

¹⁰ É comum verificar-se esta posição em autores ligados a *Escola do Annales*. A sistematização desse aspecto está em FURET, F. *L'atelier de l'histoire*. Flammarion/Paris, 1982, p. 5-34.

¹¹ RICOEUR, P. *Narrative and human sciences*. Cambridge University Press, 1984.

¹² Idem, p. 171